COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER N.º /2018.

EMENDAS 1 E 2 AO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 35/2017.

OBJETO: ALTERA O ARTIGO 1º E SUPRIME O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1º DO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 35/2017.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO.

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES.

1. Relatório:

De iniciativa do Ilustre Prefeito José Gomes Branquinho, o Projeto de Lei n.º 35/2017 tem o objetivo de dispor sobre o parcelamento de solo de imóvel rural, para fins urbanos, localizado fora da Zona Urbana do Município de Unaí, destinado à formação de sítios de recreio, e sobre a regularização dos chacreamentos clandestinos ou irregulares e dá outras providências.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Paulo César Rodrigues, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

2.1. Competência:

Compete à Comissão de Justiça, a qual este Vereador faz parte, emitir o parecer referente à Emenda, conforme artigo 102 do regimento interno da Câmara Municipal de Unai.

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

A Emenda n.º 1 visa suprimir o parágrafo 2º do artigo 1º do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 35/2017 para atender ao artigo 96 da Lei Complementar n.º 75, de 29 de dezembro de 2017, novo Código Tributário, que dispõe que o Imposto Sobre A Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado dentro da área urbana ou zona de expansão urbana, que seja utilizado como sítio ou chácara de recreio e que não seja usada, comprovadamente, para fins rurais. Desta forma, os que estão fora desta área, como prevê o parágrafo 2º em questão, não pagarão o IPTU e sim o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Já a Emenda n.º 2 visa incluir a expressão “localizado fora da zona urbana” imediatamente após “para fins urbanos” ao artigo 1º do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 35/2017 para adequá-lo ao artigo 7º da Lei Complementar n.º 45, de 30 de junho de 2003, de forma que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. Além disso, sem a mencionada expressão, o sentido do texto fica além do que se pretende aplicar por meio do Projeto. Sem esta expressão, o parcelamento do solo rural para fins urbanos poderia ser também dentro da zona urbana. Por este motivo, faz-se necessária a aprovação desta Emenda.

Por fim, este Parecer analisa apenas a constitucionalidade e legalidade das Emendas n.º 1 e 2 e conclui-se que dão-se por satisfazer, quanto à n.º 2, ao que já prescreve a ementa do Projeto, apenas completando no artigo 1º o que faltou no que se refere à ementa e também por dar sentido diverso do pretendido e quanto à n.º 1, por atender ao Código Tributário, pois na Zona Rural não é possível que se cobre o IPTU.

3.Conclusão:

Em face do exposto, sob os aspectos aqui analisados, conclui-se pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n.sº 1 e 2 ao Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei nº 35/2017.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 12 de março de 2018; 74º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

Relator Designado